

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.188 - PR (2019/0039492-7)**

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**RECORRENTE** : SAMIR MALOUF IBRAHIM  
**ADVOGADOS** : FERNANDO PEREIRA DE GÓES - PR041550  
WINNICIUS PEREIRA DE GÓES - PR064481  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

**DECISÃO**

**SAMIR MALOUF IBRAHIM** alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, nos autos do HC n. 0030336-39.2018.8.16.0000.

Consta dos autos que o paciente está sendo acusado da prática do delito de corrupção passiva, no âmbito da "Operação Publicano".

Alega o impetrante, em suma, "que não há justa causa para o prosseguimento da ação penal que não pode ser instaurada com base única e exclusivamente, em colaboração premiada firmada entre o Parquet e o Sr. Luiz Antônio Garcia que diz ter recebido do paciente a solicitação de pagamento de propina e, ter efetuado este pagamento para não ver sua empresa "Frigorífico AM3" ser autuada". Aduz que "não há nos autos nenhum elemento de confrontação/corroboração que ateste a veracidade das declarações do colaborador que acusa o paciente".

Pede, inclusive liminarmente, o trancamento do processo nº 0036150-92.2015.8.16.0014, na parte relacionada ao Paciente Samir Malouf Ibrahim, no que diz respeito ao "Fato 05 – Corrupção Passiva Tributária (artigo 3º, inciso II, da Lei 8.137/90) – empresa Frigorífico KM3".

**Decido.**

A medida de urgência formulada – trancamento do processo por ausência de justa causa –, além de exigir uma análise vertical dos autos, incompatível com a cognição própria do juízo prelibatório, confunde-se com o próprio mérito do *mandamus*, motivo pelo qual deverá ser analisada em momento oportuno pelo órgão colegiado, quando serão minuciosamente examinados os fundamentos embasadores dos pedidos.

À vista do exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao magistrado singular sobre os fatos alegados na inicial, devendo informar qualquer alteração no quadro fático atinente à ação penal de que se cuida.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília/DF, 12 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

